

Com ciência e consciência: a formação de agentes das leis 10.639/03 e 11.645/08

AMAURI MENDES PEREIRA*

Resumo: Esse artigo discute a amplitude, dificuldades e características da implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08, e as análises se baseiam em relatórios elaborados por estudantes de licenciaturas, a partir de suas visitas a escolas de ensino básico, nas quais entrevistaram educadores e estudantes. A concepção da pesquisa partiu de relatos das experiências das/os licenciandas/os com os temas da história e cultura afro-brasileira e indígena, e das dificuldades, estranhamentos e desconfortos da maioria, ao longo do curso de Educação e Relações Étnico-Raciais. A pretensão é contribuir com esforços em âmbito nacional, para mensurar e qualificar a efetiva implementação dos artigos 26-A e 79-B, da LDBEN. Os relatórios expõem a diversidade e complexidade das abordagens e de realizações, oportunizando reflexões sobre a questão racial no ensino básico, na própria universidade, e em nossas vidas pessoais.

Palavras-chave: Racismo e Educação; História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena; Leis 10.639/03 e 11.645/08.

With science and consciousness: the formation of agents of laws 10.639/03 and 11.645/08

Abstract: This article discusses the breadth, difficulties and characteristics of the implementation of laws 10.639/03 and 11.645/08, and the analyzes are based on reports prepared by undergraduate students, from their visits to elementary schools, in which they interviewed educators and students. The conception of the research started from reports of the experiences of the graduates with the themes of Afro-Brazilian and indigenous history and culture, and of the difficulties, strangeness and discomfort of the majority, throughout the course Education and Ethnic-Racial Relations. The intention is to contribute with efforts at the national level, to measure and qualify the effective implementation of articles 26-A and 79-B, of LDBEN. The reports expose the diversity and complexity of approaches and achievements, providing opportunities for reflections on the racial issue in basic education, at the university itself, and in our personal lives.

Key words: Racism and Education; Afro-Brazilian and Indigenous History and Culture; Laws 10.639/03 and 11.645/08



* **AMAURI MENDES PEREIRA** é militante do Movimento Negro. Doutor em Ciências Sociais-PPCIS-UERJ. Mestre em Educação-PPGEdu-UERJ. Especialista em História da África CEAA-UCAM. Temas de interesse: Estudos de África e Diáspora, questão racial e teoria social, o Movimento Negro Brasileiro e a implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08. Foi pesquisador do CEAA e do CEAB-UCAM. Foi presidente do IPCN-Instituto de Pesquisas das Culturas Negras-RJ. Foi diretor da ABPN-Assoc. Bras. de Pesquisadores Negros. Atualmente é Prof. do DTPE-PPGEDUC-IE-UFRRJ.

Pesquisadora: Você conhece as Leis 10.639/03 e 11.645/08?

Professor: Nunca ouvi falar.

Pesquisadora: Tá. Você pode falar sobre o que ela representa para você?

Professor: Nada, nunca ouvi falar. Não conheço.

Pesquisadora: É sobre a integração africana e indígena na escola/ sala de aula.

Professor: Isso é uma pratica cotidiana na nossa escola. Não precisamos de lei para isso.

Pesquisadora: Ok, (...) E a seu ver, quais são-seriam os resultados da implementação das Leis?

Professor: Não ia fazer muita diferença, porque 80% dos nossos alunos são mestiços. Uma minoria branca e uma minoria negra.

Pesquisa realizada por Victória da Cruz Pereira-2017-2, num Colégio Estadual em Guadalupe-RJ

Introdução

Há novidades pedagógicas que empolgam agentes educativos. Parece que algumas são mais e melhor assimiladas do que outras como transparece na epígrafe. O que estará acontecendo com a *novidade* história e cultura afro-brasileira e africana e de povos indígenas? Essa interrogação é comum no universo dos sistemas educacionais? Pessoas conscientes das Leis 10.639/03 e 11.645/08 e de sua importância serão maioria em seus contextos educacionais e outros? A explicitação de experiências de estudantes em relação a esses temas e problemas forneceram as primeiras pistas. Na sequência, a proposta era visitarem suas escolas de origem e investigarem a implementação daquelas Leis – essa seria sua avaliação final da disciplina Educação e Relações Etnicorraciais (ERER), no DTPE - Departamento de Teoria e Planejamento do Ensino-Instituto de Educação da UFRRJ.

Por que foi necessária uma lei tardia e impactante, para se adotar tais temas e

conteúdos no ensino básico? São evidentes, ou naturalizados e invisibilizados os prejuízos desde a escravidão e do abandono social pós-abolição em todo o território brasileiro, perpetuados em preconceitos, discriminação e desigualdades raciais-sociais?¹? Afinal, quantos educadores lidaram com esses temas em suas formações acadêmicas, e/ou foram capazes de enfrentá-los intimamente, e em suas práticas pedagógicas? Não é comum se ouvir que essas questões *criam problemas*? De repente *isso* (necessidade de pensar sobre tais problemas e ainda ter de ensinar sobre os mesmos) desaba sobre suas cabeças!

Certamente já haviam sido tocados por esses *problemas*, em todo tipo de mídia, ainda mais em certas partes do ano, e é cada vez mais difícil fugir *dessas* conversas em várias situações sociais. Mas, como enfrentar, onde e como aprender, como lecionar? Perplexidades, alegrias, vibrações, ou dificuldades, ansiedades, rejeições mais e menos deliberadas-conscientes, apareceram em relatórios de estudantes.

¹ Os dados demográficos e sobre desigualdades raciais no Brasil estão sempre atualizados e disponíveis no site do Laboratório de Análises Econômicas, Sociais e Estatísticas das Relações Raciais (laeser-IE-UFRJ). www.laeser.ie.ufrj.br

A hipótese mais insinuante era que a pluralidade de visões e de práticas educacionais e outras desafiariam a produção de conhecimentos. Compreensível: o campo é novo, o contencioso antigo, demais amplo e intenso. Nesse “campo saturado de tensões”² “tudo que é sólido desmancha no ar”.³

A implementação das Leis pode impulsionar um novo tempo!

Minha irmandade nada tem de rosário-Meu deus é revolucionário e Histórias libertárias ainda são narradas. Por isso, da melancolia vamos extrair o mel e não as cólicas místicas, que avalancham de silêncio e cal nossas línguas, e nos rodeiam com fantasmas de senhores de engenho e anjos entoando. **Cuti. Sobre as cicatrizes**

Está ficando para trás o tempo em que o ativismo antirracista e pesquisadores na Educação punham todo o foco sobre a negatividade e em vícios associados a referenciais históricos, simbólicos, estéticos afro-brasileiros, denunciando indiferença, descaso e omissões, em relação ao preconceito e à discriminação racial nos sistemas educacionais e no cotidiano escolar. Como se vê no exemplo abaixo:

Conclusões do I Encontro Estadual do Negro do ES. Colégio Estadual Vitória – Forte São João 19 e 20 de Setembro de 1987

"Que seja mais enfocada a cultura negra no ensino público e particular".

"Que as Entidades Negras reivindiquem aos governos, a

adoção da história do negro no currículo escolar".

"Editar livros de História do Brasil que abordem com veracidade o papel desempenhado pelas três raças que formaram o povo brasileiro".

Importante lembrar a respeito, da dissertação de mestrado “*O silêncio: um ritual pedagógico a favor da discriminação racial: um estudo acerca da discriminação racial como fator de seletividade na escola pública de primeiro grau: 1º a 4º série*”, de Luiz Alberto Oliveira Gonçalves, defendida no PPGEdu-UFG, em 1985 – um marco na produção de conhecimentos que instituíram o sub campo acadêmico Educação e Relações Raciais no Brasil. Visto na época como excessivamente polêmico, aquele trabalho era representativo, na verdade, de uma vaga de pensamentos e ativismos antirracistas na Educação e na sociedade. Esforços conceituais, teóricos, e metodológicos que problematizavam e buscavam alternativas ao preconceito e a discriminação racial em currículos, materiais didáticos e no cotidiano escolar.

Os resultados de nossa pesquisa agregam mais informações e análises à massa crítica que vem se acumulando desde então, fundamentando a necessidade de políticas públicas voltadas à superação de diferentes aspectos dos problemas raciais-sociais, que debilitam nossos sistemas educacionais e a formação de consciências sociais antirracistas. Sem tal consistência, como questionar supremacismos raciais-sociais-de gênero, e valorizar a diversidade?

² Aguda percepção de Lívio Sansone (2002), antropólogo e professor da UFBA, a respeito do campo político-acadêmico das relações raciais.

³ Frase do Manifesto Comunista, de Karl Marx e Friederich Engels, analisando o torvelinho de

transformações materiais e simbólicas, operadas pela revolução industrial no ocidente europeu, nos meados do século XIX. Soa bem, face a complexidade e intensidade das mudanças no contexto atual.

Necessário reconhecer a importância de iniciativas governamentais e outras, que visaram implementar as Leis 10.639/03 e 11.645/08, depois de décadas de demandas e esforços de superação dos problemas de relações étnico-raciais na Educação brasileira. Augusto dos Santos (2005) argumenta consistentemente sobre o protagonismo do Movimento Negro Brasileiro, o principal agente social e político nesse processo.

Retomar e fortalecer aquelas iniciativas e investigar onde, como, e com que características estão sendo efetivamente implementadas as Leis é importante por duas razões principais: primeiro porque, mesmo concordando que conhecimento puro e simplesmente não muda nada, em se tratando dos temas arrolados pelas Leis a ignorância é, com certeza, um fator da perpetuação de estereótipos e distorções, matéria prima da naturalização das desigualdades raciais-sociais. Longamente relegados à desimportância no âmbito das Ciências Humanas em geral, não tem sido fácil reverter o descaso e a desatenção mal intencionada em relação à História da África e da Cultura Afro-Brasileira e Indígena, mesmo entre educadores e pensadores que se pretendem progressistas. É controverso, por exemplo, dizer que no Brasil não houve informação e formação a respeito da África, do negro e do indígena. Pode-se dizer que a carga de negatividades “colada” às populações indígenas, e ao continente africano e às vidas de seus povos, em todo tipo de mídia, assim como décadas de currículos, conteúdos, livros e atividades didáticas, apresentando quase exclusivamente índios e negros escravizados, “primitivos”, indolentes e subalternos sejam falta de informação e formação? Na verdade, representam uma formação e tanto! Tornaram-se estereótipos/convicções arraigadas no

senso comum, impossíveis de combater sem novos conhecimentos e referenciais históricos, simbólicos, estéticos. E se, como é fato, conhecimento apenas não basta, a disciplina Educação e Relações Étnico-Raciais precisa agregar elementos de sensibilização, que ajudem às/aos estudantes envolvidas/os interagirem com os novos conteúdos e informações, ainda pouco conhecidas e valorizadas na maioria dos ambientes acadêmicos. A escolha das metodologias na pesquisa, cuja análise rendeu esse artigo representou um esforço nesse sentido.

Segundo, porque é difícil avaliar o dano causado à subjetividade e à consciência social de pessoas mais claras e de mais escuras no Brasil, como se esforçaram por fazer, por exemplo, Cavalleiro (2000) em relação à formação e práticas docentes, e às relações no cotidiano escolar; e Bento e Carone (2002), discutindo o conceito de branquitude, a invisibilidade, a normatividade e naturalização do *branco* como padrão simbólico e estético na vida social, no campo da psicologia. Pele mais clara e cabelos lisos (até bem recentemente exclusivos como padrões de beleza), costumaram dotar de autoestima mais elevada as pessoas que se vêem e são socialmente vistas como brancas. Para a maioria das pessoas de pele mais escura e cabelos crespos, que se vêem e são socialmente vistas como negras/os, ainda é comum acontecer o inverso: auto estima rebaixada, devido ao desvalor associado às suas características físicas.

O problema maior, então, é que, assim como pessoas vistas (e que se vêem) como brancas são levadas a naturalizar vantagens e privilégios decorrentes de sua corporalidade, pessoas vistas (e que se vêem) como negras deparam frequentemente com situações vexatórias, em que é preciso negar,

omitir fatores de identificação, e/ou características corporais, para minorar desvantagens.

Produzir mais e mais conhecimentos a respeito desses dramas individuais e coletivos, que afetam a vida social, e que podem encontrar na escola espaços excepcionais de problematização, enfrentamento e superação, fortalece a efetiva construção de valores morais, éticos, espirituais, e sentidos mais amplos e consistentes de cidadania, democracia e justiça social.

A formação de novos/as agentes das leis!

Assim como era necessário investigar a efetividade da História da África e da Cultura Afro Brasileira e Indígena no ensino básico, se mostrava imprescindível propiciar aos/às estudantes oportunidades de “olhar” os temas centrais do curso não apenas a partir de reflexões sobre conteúdos apresentados, mas como parte de um processo de interrogações-pesquisa-análise capaz de contribuir com sua formação, a partir da construção e efetiva vivência no “seu campo de pesquisa”.

Este se estendeu principalmente pela zona oeste, por municípios da Baixada Fluminense, mas também em escolas de cidades do interior do Rio de Janeiro, e (nos relatórios analisados) duas do interior de Minas Gerais e uma do interior de São Paulo. Foram analisados 479 relatórios enviados por e-mails, que expõem ditos, não ditos, e interditos de educadores, eventos de variados tipos, e apontamentos do amplo escopo da pesquisa, entre 2016-2 a 2019-1. Apesar de voltarmos ao ensino presencial em março ainda não consegui checar quantidade e características dos, talvez, mais de 50, que foram entregues impressos e estão arquivados em caixas box, em minha sala na universidade.

A maioria dos relatórios descreviam e refletiam sobre o contexto da pesquisa e transcreviam os áudios. Confirmavam que a maioria dos/as agentes educacionais mal (ou não) conheciam as leis em tela e não sabiam que eram obrigatórias. Mas, confirmavam, também, que em quase todas as escolas havia “agentes das leis” realizando variados tipos de atividades, muitas vezes isoladamente.

Parece, mesmo, que fora do âmbito do Movimento Negro e do antirracismo militante, tal “ativismo” ainda impacta mentalidades e “tradições” curriculares e de procedimentos didáticos-pedagógicos – muito forte a resistência a estímulos e oportunidades para se debater esses (muito mais que temas) dilemas sociais-históricos! São exceções educadores que se esforçam em enfrentar as questões das relações raciais, e compreendem que isso impulsiona e gera vantagens para o ensino-aprendizagem com visão-postura crítica, e para a formação da consciência social de crianças e adolescentes – de quaisquer “parecenças” e formações culturais.

É perceptível esse impacto no relatório de Josias de Oliveira Peixoto. Depois de falas lacônicas de professores, surpreendeu-se ao entrevistar uma estudante do 3º ano do ensino médio, no Colégio Estadual São Cristóvão, em Queimados-RJ. E constatou que esses problemas sociais-históricos-educacionais povoam as redes sociais e outros territórios físicos e virtuais, contribuindo na formação de educadores e de consciências críticas em comunidades escolares. Para a adolescente, as Leis:

B.G. Representa[m] um grande avanço político e um resultado positivo por toda a resistência das matrizes indígenas e africanas em preservar suas identidades e origens.

Pesq: Está sendo implementada na escola? Como?

B.G. Não sei como está sendo implementada. Nunca tive nenhum contato.

Pesq: A seu ver, quais são-seriam os resultados da implementação das Leis?

B.G. A meu ver, para que os resultados sejam positivos, é preciso haver conscientização dos professores sobre essas matrizes, porque a massa dessa classe de trabalhadores trata esse assunto de forma muito secundária hoje, no Brasil.

A ideia é que as/os licenciandxs se sentissem parte de um processo amplo e em ebulição, pois seus relatórios alimentarão novas reflexões sobre caminhos e características do ensino-aprendizagem da disciplina, e sobre a centralidade da questão etnicorracial na educação e na vida social. A partir dessas informações podemos observar diferentes territorialidades, características, regularidades, agências de professores, diretores, orientadores pedagógicos, estudantes, e de outros componentes de comunidades pedagógicas. Com o suporte institucional de nosso projeto de extensão, e melhor ainda se contarmos com ajuda de órgãos e/ou agentes dos sistemas educacionais da região, novos grupos de estudantes poderão permanecer *ligados/as*, e aprofundar relações com escolas e educadores mais e menos informados, engajados, interessados, aprimorando sempre um quadro avaliativo da implementação das leis 10.639/03 e 11.645/08.

Interessante, a respeito, um trecho das considerações finais, no relatório de Hartênia Oliveira da Silva, que pesquisou no CAIC Paulo Dacorso Filho, em Seropédica:

Participar desta pesquisa nos proporcionou observar como ainda é preciso evoluir, apesar de já termos tido um avanço. Visualizar as críticas dos entrevistados nos leva a refletir sobre como e o quanto nós futuros professores poderemos contribuir para que esse avanço seja contínuo. A ideia que nós temos, como uma herança de nossa formação básica é que tudo ainda está muito invisibilizado, principalmente a questão indígena que raramente aparece.

A pretensão é que tudo isso ajude a aprimorar formulações e procedimentos em torno da relação ensino-aprendizagem, através de problematizações suscitadas pela “presença inquietante” de novos olhares, narrativas, protagonismos, na formação e desenvolvimento da sociedade brasileira.

A “pegada” a partir dos olhares de estudantes

O trabalho possibilitou a compreensão de que a se tratar da questão do negro e do índio não bastam nem mesmo as Leis. Estas não são capazes de assegurar que as questões étnico-raciais receberão, ao menos nas escolas, a atenção que lhe é direito e lhe é devida. Sujeitos no espaço educacional ainda não compreenderam que a história a ser contada não deve ter um único olhar, uma única referência, é preciso e urgente que a escola seja pioneira na quebra de paradigma que a escola esteja compactuada em desvelar o que não é dito. É preciso que pelo menos na escola os sujeitos, todos, possam ter seus rostos mostrados e reconhecidos como parte de formação de uma nação. **Alice Regina Pereira da Silva Santos**

A concepção da pesquisa partiu de verbalizações de estudantes inquiridos/as sobre suas experiências na

vida estudantil, com os temas e conteúdos discutidos na disciplina. A partir daí foi elaborado um questionário com cinco perguntas e proposto à turma, como uma avaliação final da disciplina, que investigassem – de preferência nas escolas onde cursaram o ensino básico – se, e/ou como, estavam sendo (ou não) implementadas as Leis 10.639/03 e 11.645/08. O questionário foi adotado como ponto de partida, em cada ambiente educacional visitado. Os/as licenciandas/os receberam orientação sobre aspectos básicos de coleta e organização de dados, e para elaboração de relatórios. Também, para entrevistar ao menos um/a educador/a, um/a membro da Coordenação pedagógica, um/a membro da direção, e um/a estudante, de preferência separadamente, gravando em áudio e/ou vídeo, para serem transcritas. E ainda deveriam solicitar acesso ao PPP-Projeto Político Pedagógico, além de fotografar murais e outros documentos. Tudo serviria como comprovação do trabalho.

Estudantes tiveram, então, oportunidade de refletir sobre sua formação, de voltar a escolas de ensino básico com novas posturas, informações e reflexões, e exercitar seu espírito investigativo e capacidade de análise.

A quantidade e riqueza dos relatórios obrigam a fazer escolhas. Foram, então, priorizados exemplos de confirmações: as hipóteses se baseavam em comentários de estudantes e colegas educadores, numa longa vivência com esses temas em aulas, palestras e debates no ensino básico, e em esforços de compreensão dos desafios postos à efetiva implementação das Leis. Mas vale, também, expor algumas surpresas positivas, num contexto de dificuldades sociais, políticas, culturais e educacionais que se acumulavam desde

longe, excepcionalmente agravadas nos últimos anos.

Para esse trabalho a plena implementação das Leis só ocorre com o envolvimento do conjunto de agentes educacionais (docentes, servidores, responsáveis, discentes, todos vistos/as como educadores), seja no cotidiano das salas de aula, ou em projetos e atividades que oportunizem à comunidade escolar visões críticas a respeito das relações entre brancos, negros, indígenas, no que se refere a suas histórias e culturas originárias, e aos seus protagonismos ao longo da construção da sociedade brasileira. Isso não apareceu em nenhum relatório. Parece que nesse caso vale uma regra antiga na sociedade brasileira, de “leis que pegam, e leis que não pegam”. Como ainda é comum acontecer em relação à questão racial, esta continua sendo vista como um “problema de negros”.

Mas, ao mesmo tempo, os relatórios mostram que em quase todas as escolas há educadores (às vezes contra, ou à revelia de direção e maioria de colegas) realizando algum tipo de atividade. Ou seja: a efetiva implementação das Leis, nos jeitos, na qualidade e amplitude possíveis, *está nas mãos* de educadores – de AGENTES DAS LEIS!

Confirmações – Sempre há Agentes das Leis

A maioria dos relatórios de pesquisa confirma que as festas e manifestações culturais e artísticas imperam enfrentando armadilhas da culturalização! Aos seus jeitos constituem importantes oportunidades de visibilização respeitosa de símbolos e estéticas até pouco tempo estereotipadas e rejeitadas. Mas também um alerta, em relação à folclorização.



Foto 01



Foto 2

As **fotos 1 e 2** foram feitas por Alice Regina Santos que investigou a Escola Sargento Antônio Ernesto, bairro Cabuçu-Nova Iguaçu. Ela constatou dificuldades na implementação, devido às diferentes visões entre educadores, em uma mesma escola.

A diretora declara o seguinte:

É complicado por que o professor precisa ter isso em mente,... a direção coloca em pauta,... mas o professor é capaz de fazer o que ele quiser, por que tem professor com um discurso muito bonito, mas a prática não é nada disso. A gente percebe, a gente sabe, os alunos conversam muito comigo, e eu observo muito... dependendo do aluno eu sei se é sério ou não. Depende do professor achar importante. O professor precisa

achar importante. Por que se o professor achar importante pode ter Lei ou não, que aquilo vai acontecer. Se ele internalizar aquilo, pronto, ele vai trabalhar, principalmente com as matérias chaves. Depende do professor o professor é o protagonista, se ele quiser, tendo Lei ou não, ele trabalha.

Outro bom exemplo de atividades com **foco na valorização cultural** aparece nas **fotos 3 e 4** da pesquisa desenvolvida por Aline Vitória Cruz no Ciep 206 Professora Cyrene Moraes Costa, em Japeri, Baixada Fluminense. A Capoeira (apresentada geralmente por grupos externos à escola), assim como a culinária, são atividades quase onipresentes.



Foto 3



Foto 4

Note-se a ambiência acolhedora, alegre, bem decorada, como nesse caso. Entusiasmo o nível dos compartilhamentos de responsabilidades, as energias, a graça, e os acúmulos de autoestima, possíveis de acontecerem a partir desses eventos. O problema é se reduzir a implementação das Leis a essas visões *tradicionais*, que isoladamente, de maneira acrítica podem servir para perpetuar estereótipos e distorções: fundamentos dos preconceitos, das discriminações e das desigualdades raciais e sociais.

Mais um bom exemplo são as oficinas de máscaras africanas, em aulas de artes. Oportunidade de valorização de outros símbolos e estéticas, bem como de aparecerem dotes, destaques e talentos artísticos. Falta, muitas vezes, no entanto, serem acompanhadas de pesquisa, explicação e contextualização daqueles símbolos, suas histórias, localização e peculiaridades dos povos que as produziram, etc.



Foto 5

A **foto 5** consta no relatório de Marília de Sá Gomes, que investigou o Colégio Estadual Alvarina de Carvalho Jannotti, em Seropédica. Roda de Capoeira foi a atividade apresentada pelo Colégio, para mostrar que implementa as Leis. Está incluso no PPP da escola a responsabilidade de oferecer oportunidades para a compreensão de variadas culturas:

“Não formação” é um problema?!?!

É comum a alegação de não formação, de inexistência de material didático, ou de *falta de condições...* É o que consta no relatório de pesquisa de Mauricéia Pimenta Tani, no **CEMBRA-Colégio Estadual Engenheiro Mario Moura Brasil do Amaral**-Município de Paraty-RJ. Um dos responsáveis pela direção atribui a não formação a uma deficiência nas políticas de formação docente.

Pesq: Está sendo implementada na escola? Como? Posso ver o PPP-Projeto Político Pedagógico?

Dir Adj: O nosso currículo mínimo prevê a aplicação da lei de forma interdisciplinar. Professores de história, filosofia, sociologia, de todas as disciplinas, devem de algum modo dialogar com a legislação. Isso está no currículo mínimo. Só que os docentes não têm preparo, nós não temos esta formação específica nas licenciaturas para lidar especificamente com essas questões, que são relativamente recentes. Quer dizer, tem cento e poucos anos que o país aboliu formalmente a escravidão de africanos, então né... a gente não pode individualizar que os professores não querem se preparar, não é esse o caso. Só pra deixar claro que é uma deficiência nas políticas de formação docente.

Apesar da falta de formação...!!!

Um bom exemplo fica evidente no relatório de Bráulio Pinto Terra, que pesquisou a Escola Municipal Antônio Carlos Souza Lima, uma escola rural, na

Comunidade de São Luis, no município
Rio Preto-Santa Rita de Jacutinga, MG-



Foto 6

Do relatório de Braulio Pinto Terra, que pesquisou a Escola Municipal Antônio Carlos Souza Lima, uma escola rural, na Comunidade de São Luis, no município Rio Preto-Santa Rita de Jacutinga, MG.

Esse estudante fala com orgulho dos projetos do seu antigo professor e agora amigo Josemar de Freitas Gabriel: *Resgatando a Cultura Regional e Makulelé*. Bráulio diz que palestras e eventos do professor Josemar são referências para escolas e em comunidades da região. Isso é confirmado em suas postagens no Facebook, e em fotos dos eventos em murais da escola.

Apesar de tudo, Bráulio comenta ao final de seu relatório:

Durante a visita à escola foi possível notar que a implementação das leis estudadas caminha. Porém, talvez, os temas sejam apenas abordados e não problematizados. Talvez isto seja causado pela formação dos profissionais

locais, que não tiveram a oportunidade de ter esta visão crítica e problemática do tema.

Rejeições... “dificuldades”...

Um bom exemplo é a entrevista da diretora do CAIC Paulo Dacorso Filho, em Seropédica, que consta no relatório de Jeniffer Lorrynia Silva Santana. Ela procura justificar a não implementação dizendo que:

por ser essa questão interdisciplinar, que cada um pode trabalhar da forma que quiser, acaba que quase ninguém trabalha. A gente sabe que fica meio solto. Pois cada um acaba se voltando apenas para sua formação e fica restrito ao seu conteúdo.

Considerando problemas, dificuldades de formação, e alegações de não formação, observamos que pode ocorrer **empenho e realização “apesar de tudo”**, e **rejeição ou desânimo** na mesma escola. É o que aparece no

relatório de Tamirys Mariano da Rocha Azevedo, que pesquisou na Escola Estadual Presidente Dutra, em Seropédica. Esse caso evidencia que é preciso estar atentos à complexidade de cada contexto educacional para analisar o que poderia ser visto, de maneira menos cuidadosa, como reprodução de “lugares comuns a respeito da cultura negra”. Ora, quem conhece o cotidiano de escolas públicas sabe que é comum o empenho e o zelo de estudantes e educadores no planejamento, preparação e realização de festas e eventos. E como

isso redonda em beleza, empolgação e orgulho em comunidades escolares.

Mas nem sempre! O que terá prejudicado a atividade dessa escola? Em duas fotos, é notória a incipiência na indumentária, a ausência de decoração, a quantidade e o contexto de apresentação das dançarinas; na primeira (que não devemos apresentar) é flagrante o desânimo que se percebe entre estudantes, na festa da Consciência Negra. Vale expor apenas a **foto 7**:



Foto 7

A professora responsável pela atividade declarou o seguinte:

Prof: Olha, eu sinto que os alunos, eles veem isso muito bem, eu sei que quando eu trabalho com a cultura indígena e a africana e eu desenvolvo um projeto com eles que é “A Minha Pinta Africana” e “A Minha Pinta Brasileira”, que a gente sempre fala que todos nós temos nem que seja uma pintinha ou física ou no nosso DNA, na nossa genética ou cultural. E aí eles fazem apresentações do que eles têm da cultura indígena e o que eles têm da africana, e eles vêm com coisas, assim, incríveis, eles vêm caracterizados, eles trazem história da avó, história do pai, história do avô e fazem apresentações como parte da vida deles mesmo. Não fica

segregado, não fica como se eles estivessem contando história... eles contam a história da vida deles. É muito legal, então eu acho que eles recebem muito bem. Eu sinto isso, eu percebo isso.

Mas o olhar da diretora não compartilha aquele ânimo:

Pesq: ...A senhora conhece as leis 10.639/03 e 11.645/08? **Dir:** Sim.

Pesq: ... Pode falar o que ela representa pra você?

Dir: Acredito que ela venha a fazer com que as pessoas pensem de forma mais crítica, desenvolvam atividade de forma mais crítica em sala de aula em relação a questão racial. **Pesq:** Essa lei é implementada aqui na escola?

Dir: Então, ela se encontra no currículo, para os professores trabalharem em sala de aula. A gente sabe que está dentro do currículo mínimo, está pra ser desenvolvido.

Pesq: A senhora pode me falar como ela é aplicada?

Dir: Então, eu vejo, percebo. Que acontece. Uma coisa é cobrança, uma coisa é o discurso e outra coisa é a prática. Infelizmente não vejo muita coisa acontecendo em relação a isso não, entendeu? Atividades desenvolvidas em relação a essa questão não. **Pesq:** Tá. A seu ver, quais são os resultados da implantação das leis?

Dir: não vejo muita mudança não.

Eventos apenas em datas “tradicionais”.

É comum em relatórios que investigaram contextos escolares, nos quais educadores alegam falta de formação. É o que consta no relatório de Fernanda Vasconcelos de Andrade, no Jardim Escola ABC, em Campo Grande-RJ. Primeiro um trecho da entrevista com uma professora do 1º ao 4º ano.

Pesq: Está sendo implementada na escola? Como? Posso ver o PPP-Projeto Político Pedagógico, relatórios de atividades e outros documentos referentes aos temas da pesquisa?

Profª 1º ao 4º: Olha, através dos livros... a gente não deixa passar data, dia do índio, consciência negra, dia da abolição, a gente não deixa nunca passar em branco, a gente está sempre lembrando.

E agora um trecho da entrevista com uma diretora e coordenadora pedagógica da Escola:

Dir. e C.P: Bom, na escola todo ano é feito um projeto. Onde se trabalha amor, respeito ao próximo e as datas, todas elas são comemoradas, tanto

no Ensino Fundamental quanto na Educação Infantil. Então, na época de se comemorar o índio é feito um lanche com todos os alunos, em que cada um traz um prato da cultura indígena, um bolo de milho, todos os alimentos que os indígenas usavam. Enfeitamos a escola, botamos arcos e flechas, as professoras fazem murais, as crianças saem com as lembrancinhas do índio, e ali é trabalhado sobre a cultura indígena, passa-se às vezes um vídeo. Quando chega no final do ano em novembro, a gente trabalha sobre a cultura do negro, Zumbi. Antes disso também em maio, é trabalhado sobre os escravos, então já vem falando aí da cultura dos negros, dos índios, porque os índios não gostavam de trabalhar, então foi trazida a mão de obra escrava, a mão negra, para ser escravizada e trabalhar, porque os índios não gostavam de trabalhar, eles eram nômades, então é trabalhado tudo isso com as crianças. São feitos murais dessas datas, tira-se fotos dos trabalhos que as crianças fazem de pesquisa, tem que escrever uma redação, tudo isso é trabalhado todos os anos.

No relatório de Rafael Barbosa, encontramos a crítica de um professor empenhado na implementação das Leis no Colégio Estadual Casimiro de Abreu, na cidade do mesmo nome. Ele identifica, além de descaso e *corpo mole* de colegas, a imposição de um currículo mínimo, que leva à acomodação de educadores.

Prof: ... há algumas determinações vindas das Coordenadorias porque as Coordenadorias sofrem alguma pressão do Estado, e aí vem as determinações de que “tem que fazer alguma coisa porque, dia 20 vem aí”, né, aí os professores se organizam assim, da maneira mais rápida possível e jogam qualquer coisa, um Zumbi... É, sempre a mesma coisa, mas sem

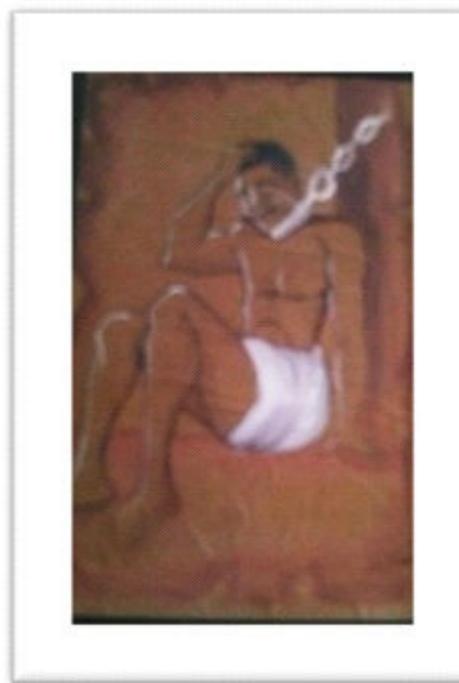
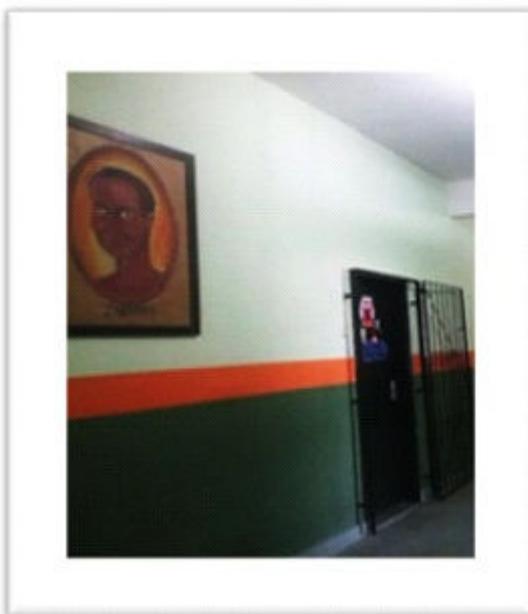
profundidade, só pra mostrar ali que houve alguma coisa, alguma coisa aconteceu, não passou em branco, pra poder escrever no papel, "ah, o que que foi hoje? Ah hoje foi... houve um projeto tal tal tal, assim...". ... Porque alguns poucos professores têm essa consciência, que buscam acrescentar isso ao currículo, mas dentro do currículo mínimo, que vem do estado, fica muito preso e fica esmagado, não tem brecha... porque a ideia desses currículos é a manutenção do que tá todo mundo acostumado, tá todo mundo seguro, todo mundo acomodado né, zona de conforto.

Pesq: Está sendo implementada na escola? Como? Posso ver o PPP?

Prof: A lei deve ser implementada, porém, sendo sincero, a aplicação

acaba sendo muito subjetiva. Os professores precisam se identificar com o assunto para passar o conteúdo. Muitas vezes, o assunto só é debatido no feriado de 20 de Novembro, quando a rede Municipal realmente exige que o assunto seja abordado. Nessa época, são feitas dinâmicas com cartazes e pesquisas diversas.

Na Escola Municipal José de Abreu, em Seropédica pesquisada por Janete Soares de Almeida, havia corredores e murais decorados com *motivos Afro*, exposições artísticas de obras produzidas por estudantes, a partir de projetos e incentivos de educadores. **Fotos 8, 9, 10 e 11.**



Fotos 8 e 9



Fotos 10 e 11

Apesar disso, a Supervisora Educacional declara o seguinte:

Bom, em termos de efetividade a lei ainda não teve a sua consolidação. Às vezes, as Instituições de Ensino não estão atentas para perceber a cultura afrodescendente e das comunidades indígenas, até chegar o dia do folclore, a semana da consciência negra e o dia do índio.

Encerro esse tópico com um trecho do comentário final do relatório de Pedro Ricardo Moreira, que pesquisou no CIEP Tarso de Castro (224) localizado na Vila Kennedy, em Bangu:

A prática de culminâncias em determinadas épocas do ano como, por exemplo, na semana da consciência negra, ou pelo menos a supervalorização destas práticas podem apagar a importância de debater os problemas fora de um clima festivo como é comum a essas ocasiões, com danças, festas e apresentações no geral, o que talvez fosse útil para trazer xs alunxs para a incrível complexidade e seriedade

destes fenômenos urgentes na vida escolar. Por falar sobre essas culminâncias, é importante salientar que por uma série de obstáculos, apresentados pela escola durante a entrevista, o acesso a esses registros imagéticos ou documentais das culminâncias e eventos não pode ser viabilizado, por isso estes não puderam estar anexos ao presente trabalho.

Consciência Negra: “Presente”!!!

Outra confirmação vem da existência de contextos educacionais em que professores contrariam inércias, descaso, rejeições, e assumem responsabilidades a partir de visões críticas, mediando esforços de comunidades escolares em implementarem as Leis. É o caso, por exemplo, da pesquisa realizada por Anna Paula Barros da Silva, no Colégio Raja Gabaglia, em Campo Grande - Zona Oeste-RJ.

Profª de História: Para mim... representa tudo,... o trabalho das nossas raízes dentro da sala de aula.

Tem que começar desde início até a idade adulta... embora não seja um trabalho muito fácil... ainda é um fator de preconceito muito grande... fazer com que os nossos alunos se reconheçam enquanto pessoas importantes dentro nossa cultura, mas é um trabalho legal, enquanto professora... é tudo que eu queria, tudo que eu sempre esperei que acontecesse dentro da escola.

- Essa implementação não trás resultados imediatos, é como uma “plantinha”, você planta e ela vai crescendo... você pode observar ao andar pela escola... nossos alunos não têm mais vergonha de ser negro, cada um com suas características... eles se sentem bonitos!

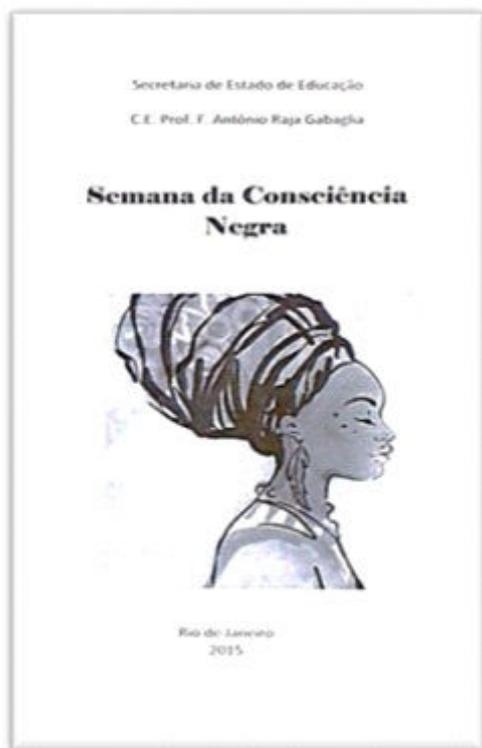
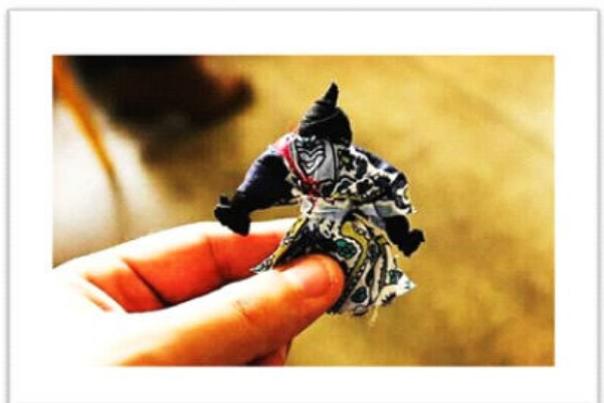


Foto 12 - Panfleto da semana da consciência negra

É o que mostra, também, o relatório de Andressa C. Dias de S. dos Reis, que fotografou murais no Instituto de Educação Sarah Kubitschek, em Campo Grande – Zona Oeste do Rio de

Janeiro, onde encontrou a valorização da Consciência Negra.



Fotos 13, 14 e 15 e 16

Do conjunto das entrevistas que ela conseguiu realizar e de suas considerações finais pode-se dizer que embora não seja plena a implementação das Leis na escola há educadores assumidamente AGENTES DAS LEIS ousando e “conquistando” murais e consciências! No relatório de Andressa, e em muitos outros, nota-se que esses e essas educadoras se tornam referência para toda a escola. Vale a pena ler um trecho da entrevista com a Coordenadora Pedagógica:

Pesq – Pode falar sobre o que ela representa para você?

C.P – Prá mim? A legislação existe em função até do pouco trabalho, dos livros didáticos que falam sobre esse assunto, que contam a história, do negro e do índio. Então eu acho que infelizmente precisa você se obrigar por uma lei, pra poder se trabalhar isso, quando a gente deveria falar disso naturalmente.

... tem professor que prefere dar em conteúdo, mas a gente tem bastante professor aqui que trabalha esse projeto. Sim! Você vai ver lá dentro depois com a direção.

Pesq – A seu ver, quais são-seriam os resultados da implementação das Leis?

C.P Eu acho que ainda são muito pequenas, né, porque uma coisa é existir a lei, outra coisa é se colocar em prática, e tem muita escola e tem professor que prefere não trabalhar, que não se sente à vontade, que não sabe falar sobre o assunto, enfim, cada um né. Ainda não é o ideal.

... os professores aqui estão bem abertos, aqui tem o PIBID, que eles trabalham e gostam, tem um grupo de professores que trabalha muito bem com isso.

Outro exemplo de abordagem com ênfase histórica é o que foi encontrado por Isabela Hastenreiter Gonçalves de Oliveira, no Colégio Estadual Arnor Silvestre Vieira-Valença-RJ.

A história de um homem que lutou pela liberdade

Em 2002, o Dia 20 de Novembro foi instituído feriado estadual no Rio de Janeiro, para marcar a morte do líder mais conhecido de resistência à escravidão, Zumbi dos Palmares.

O Quilombo de Palmares surgiu no início do século XVII, na região da Serra da Barriga, entre as Capitanias de Pernambuco e de Alagoas, a partir da fuga de escravos dos engenhos de açúcar da região. Nas décadas seguintes, o crescimento do Quilombo foi impulsionado pelas invasões holandesas a Pernambuco - que levaram a um relaxamento da vigilância dos senhores e, por consequência, as constantes fugas de escravos.

A partir daí, o Quilombo de Palmares tornou-se um símbolo de resistência e liberdade na região, passando a acolher escravos fugidos e todos aqueles perseguidos pelas autoridades, independentemente da cor. Ao mesmo tempo, o local ganhava notoriedade por resistir aos ataques dos holandeses, durante o seu domínio - 1630 a 1654 - e depois da expulsão dos holandeses, durante décadas, aos ataques dos senhores de engenho.

O professor de História, Manoel Cantalejo, da Escola Estadual Araribóia, em Duque de Caxias, conta que coube a Zumbi, na hierarquia do Quilombo de Palmares, o posto de comandante guerreiro, estando abaixo apenas de seu tio Ganga Zumba, o rei de Palmares, que assinou acordos de paz com as autoridades, depois descumpridos por elas.

Em 1695, os senhores de engenho e as autoridades de Coroa Portuguesa contrataram o bandeirante Domingos Jorge Velho, com larga experiência de guerras e destruição de tribos indígenas, para destruir o Quilombo de Palmares.

- Valendo-se de informações privilegiadas, passadas por um traidor local em troca de liberdade e terras, Domingos Jorge Velho invadiu e dominou Palmares sem, entretanto, prender Zumbi inicialmente. Logo depois, o esconderijo foi descoberto e o líder-negro executado, no mesmo ano, passando a ser visto como um símbolo de resistência à escravidão e de busca pela liberdade.



Foto 17



Foto 18

Solano Trindade

(Recife, 24 de julho de 1908 — Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1974)

Foi um poeta brasileiro, folclorista, pintor, ator, teatrólogo e cineasta.

Filho do sapateiro Manuel Abílio Trindade, foi operário, comerciante e colaborou na imprensa.

No ano de 1934 idealizou o I Congresso Afro-Brasileiro no Recife, Pernambuco, e participou em 1936 do II Congresso Afro-Brasileiro em Salvador, Bahia.

Mudou-se para o Rio de Janeiro, nos anos 40 e logo depois para a São Paulo, onde passou a maior parte de sua vida no convívio de artistas e intelectuais. Participou de um grupo de artistas plásticos com Sakai de Embu onde integrou na produção artística a cultura negra e tradições afro-descendentes. O poeta foi homenageado com o nome em uma escola e uma rua na região central do município.

Foto 19

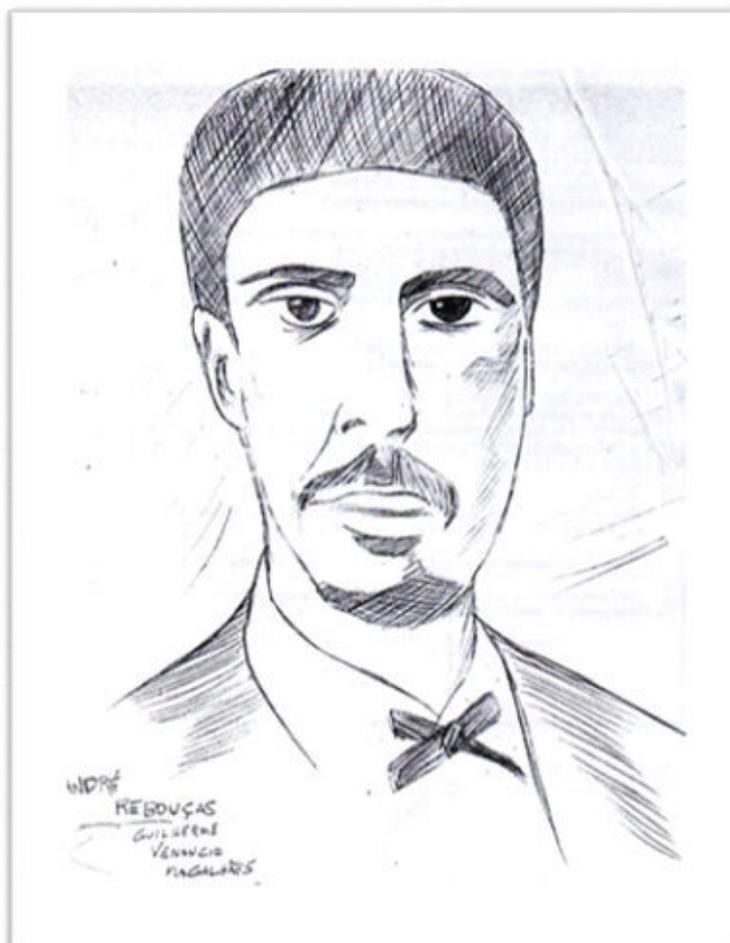


Foto 20

André Rebouças

(Cachoeira - Bahia, 13 de janeiro de 1838 — Funchal, 9 de maio de 1898)

Filho de Antônio Pereira Rebouças (1798-1880) e de Carolina Pinto Rebouças. Advogado, deputado e conselheiro de D. Pedro II (1840 - 1889), seu pai era filho de uma escrava alforriada e de um alfaiate português.

Foi engenheiro, tornando-se responsável por importantes obras ferroviárias, portuárias e de saneamento em diversas províncias do Brasil.

André Rebouças ganhou fama no Rio de Janeiro, então Capital do Império, ao solucionar o problema de abastecimento de água, trazendo-a de mananciais fora da cidade.

Servindo como engenheiro militar na guerra do Paraguai, André Rebouças desenvolveu um torpedo, utilizado com sucesso.³

Em 1871, André Rebouças e seu irmão Antônio, também engenheiro, apresentaram ao Imperador D. Pedro II o projeto da estrada de ferro ligando a cidade de Curitiba ao litoral do Paraná, na cidade de Antonina. Quando da execução do projeto foi o projeto alterado para o porto de Paranaguá. Até hoje, essa obra ferroviária é marcante pela ousadia de sua concepção.

Ao lado de Machado de Assis, Cruz e Souza, José do Patrocínio foi um dos representantes da pequena classe média negra em ascensão no Segundo Reinado e uma das vozes mais importantes em prol da abolição da escravatura.

Incentivou a carreira de Carlos Gomes, autor da ópera *O Guarani*.

Militante do movimento abolicionista, junto com outros, fundou o Centro Abolicionista da Escola Politécnica, onde era professor e jornalista.

Defensor da Monarquia e leal a Pedro II, após a Proclamação da República, exilou-se em Funchal, na ilha da Madeira, onde morreu.

Foto 21

Abdias Nascimento

(Franca(SP), 14/03/1914 —Rio de Janeiro(RJ), 24/05/2011)

Segundo filho de Dona Josina, a doceira da cidade, e Seu Bem-Bem, músico e sapateiro. Abdias cresce numa família coesa, carinhosa e organizada, porém pobre, e vai se diplomar em contabilidade pelo Atheneu Francano em 1929. Com 15 anos, alista-se no exército e vai morar na capital São Paulo.

Na década dos 1930, engaja-se na Frente Negra Brasileira e luta contra a segregação racial em estabelecimentos comerciais da cidade.

Prossegue na luta contra o racismo organizando o Congresso Afro-Campineiro em 1938. Funda em 1944 o Teatro Experimental do Negro, entidade que patrocina a Convenção Nacional do Negro em 1945-46.

A Convenção propõe à Assembléia Nacional Constituinte de 1946 a inclusão de políticas públicas para a população afro-descendente e um dispositivo constitucional definindo a discriminação racial como crime de lesa-pátria.

À frente do TEN, Abdias organiza o 1º Congresso do Negro Brasileiro em 1950.

Militante do antigo PTB, após o golpe de 1964 participa desde o exílio na formação do PDT. Já no Brasil, lidera em 1981 a criação da Secretaria do Movimento Negro do PDT.

Na qualidade de primeiro deputado federal afro-brasileiro a dedicar seu mandato à luta contra o racismo (1983-87), apresenta projetos de lei definindo o racismo como crime e criando mecanismos de ação compensatória para construir a verdadeira igualdade para os negros na sociedade brasileira. Como senador da República (1991, 1996-99), continua essa linha de atuação.

O Governador Leonel Brizola o nomeia Secretário de Defesa e Promoção das Populações Afro-Brasileiras do Estado do Rio de Janeiro (1991-94). Mais tarde, é nomeado primeiro titular da Secretaria Estadual de Cidadania e Direitos Humanos (1999-2000).

Foi um político e ativista social brasileiro.



Foto 23

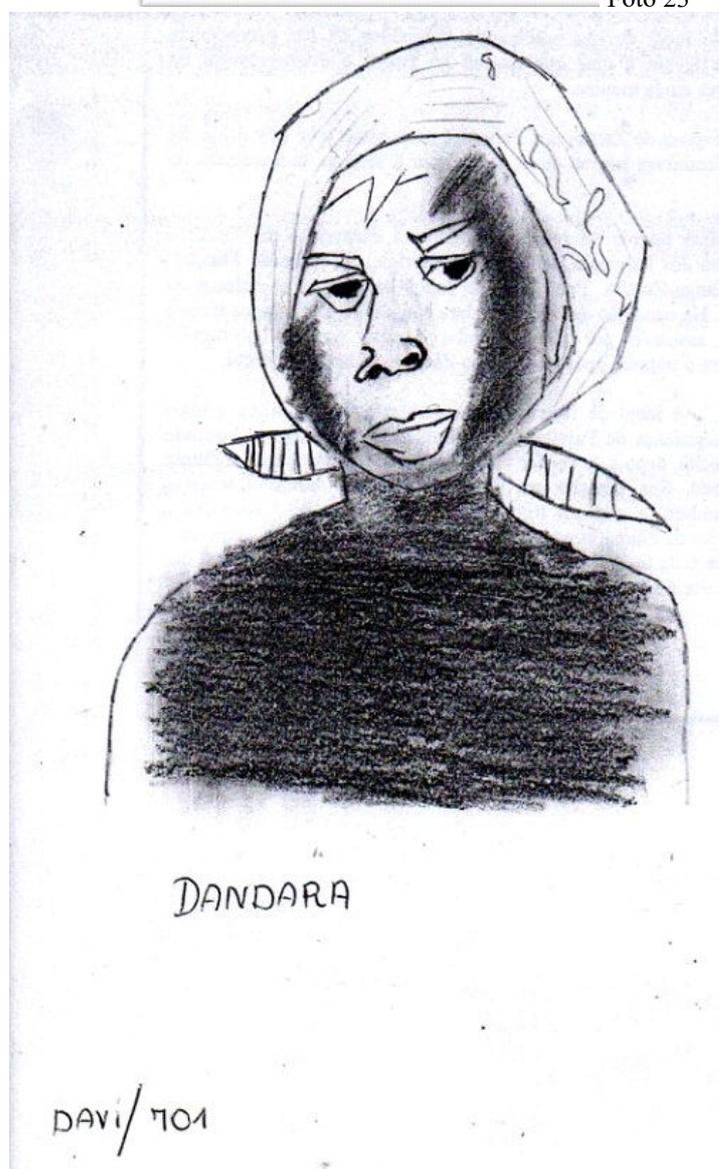


Foto 24

Dandara

Não há registro do local de seu nascimento, tampouco de sua ascendência africana. Relatos nos levam a crer que nasceu no Brasil e estabeleceu-se no Quilombo dos Palmares ainda menina.

Dandara além de esposa de Zumbi dos Palmares com quem teve três filhos foi uma das lideranças femininas negras que lutou contra o sistema escravocrata do século XVII.

Quando os primeiros negros se rebelaram contra a escravidão no Brasil e formaram o Quilombo dos Palmares, na Serra da Barriga, em Alagoas, Dandara estava junto com Ganga-Zumba. Participou de todos os ataques e defesas da resistência palmarina. Na condição de líder, Dandara chegou a questionar os termos do tratado de paz assinado por Ganga-Zumba e pelo governo português. Posicionando-se contra o tratado, opôs-se a Ganga-Zumba, ao lado de Zumbi.

Sempre perseguindo o ideal de liberdade, Dandara não tinha limites quando estavam em jogo a segurança de Palmares e a eliminação do inimigo. Chegando perto da cidade do Recife, depois de vencer várias batalhas, Dandara pediu a Zumbi que tomasse a cidade. Sua posição era compartilhada por outras lideranças palmarinas. Para Dandara, a paz em troca de terras no Vale do Cacau era a destruição da República de Palmares e a volta à escravidão. Dandara foi morta, com outros palmarinos, em 6 de fevereiro de 1694, após a destruição da Cerca Real dos Macacos, que fazia parte do Quilombo dos Palmares.

Foto 25

Alguns dos trabalhos que compunham o mural: (Fotos do PPP e do Mural do colégio. Os desenhos e a pesquisa foram realizadas por estudantes, no projeto *Cultura Afro-brasileira, africana e indígena*, previsto no PPP, e implementado no colégio).

E no Colégio Nelcy Noronha – Campo Grande-RJ, Mellyssa da Silva dos Santos Mello encontrou imagens muito sugestivas nos murais-



Foto 26

E entrevistou, entre outras/os agentes educacionais, a diretora da instituição:

Dir. Adjunta: Um trabalho de conscientização lento, mas necessários para que as etnias que compõe o povo brasileiro sejam respeitadas e reconhecidas, acabando com preconceitos, muitas vezes perpetuadas ideologicamente até em livros didáticos.

Pesq: Está no PPP–Projeto Político Pedagógico?

Dir. Adjunta: Sim, através do projeto “Cultura Afro-brasileira, africana e indígena.” ...Inclui reflexão sobre o tema nas aulas de

história e língua portuguesa em especial, mas sendo também trabalhada em várias outras disciplinas além de murais, exposições de trabalhos, etc.

Pesq: Ao seu ver, quais são/seriam os resultados da implementação das leis?

Dir. Adjunta: Como disse anteriormente, o respeito a todos que contribuíram e contribuem para a formação da identidade nacional, resgatando o papel dos negros e índios, ampliando o conhecimento sobre os mesmos, sua cultura de origem e sua participação na história do Brasil. Acredito que o

conhecimento vindo do trabalho contínuo é essencial para a conscientização e convivência pacífica das pessoas, bem como a promoção de oportunidades mais igualitárias.

No Colégio Estadual Erich Walter Heine, em Santa Cruz-RJ, investigado por Anitta Helen Dutra da Silva, um diferencial: o evento aconteceu no Dia internacional da mulher: Palestra sobre História e Cultura Africana, o simbolismo do turbante e uma oficina de como fazer – todas as fotos como exemplos eram de mulheres negras.

Educadores frontalmente contra as cotas

Um exemplo foi encontrado por Ayane Machado, que entrevistou a Coordenadora Pedagógica do Instituto Educacional Gonzaga, um colégio de pequeno porte localizado próximo à Base Aérea, no Bairro de Santa Cruz-RJ.

Somos seres humanos e nós temos as mesmas chances. Eu acredito até que o nosso governo ele consegue colocar e ressaltar mais esse problema de racismo, de preconceito quando ele coloca as cotas. Porque que o negro tem que ter uma cota? ... a gente explica pra eles, "olha só ninguém é inferior a ninguém". O mesmo direito que eu tenho de lutar por uma vaga por eu ser morena, branca, parda, não sendo negra, o negro também tem... Então, eu vejo que, às vezes, as leis confundem muito e a gente tenta colocar na cabeça dos nossos alunos isso.

O preconceito religioso

Mais uma confirmação! Na escola PAX, em Campo Grande-RJ, Jamille Yurti Teraoka, entrevistou a diretora e Orientadora Pedagógica: ouviu dela, que não foi fácil convencer alguns responsáveis de que “cultura africana”

não se refere apenas a religião. E que suas religiões não são “do demônio” – mas isso não consta no áudio da entrevista!

Dir: ... ano passado o PPP anual da escola foi baseado no Ubuntu que é uma filosofia africana: “Ubuntu: sou o que sou porque somos todos nós”. E foi legal, muito bom! Teve apresentação de dança africana, do antigo ginásio, fundamental II. A educação infantil também fez, e o fundamental I apresentou comidas e arte africana... não está claramente no PPP.

... Nesse momento o áudio foi cortado a pedido da diretora, pois ela me contou que quando foi apresentada a ideia do PPP para os pais das crianças, alguns pais não permitiram que seus filhos participassem do projeto, por preconceito religioso a respeito da cultura Africana.

Priscilla La-Cava, pesquisando no CEAP–Centro Educacional Alfredo Prado, encontrou uma professora (indicada pela diretora como aquela que seria capaz de falar do tema) empolgadíssima e com realizações admiráveis. Foram três páginas de entrevista. Sobre a questão da intolerância religiosa, a professora se saiu muito bem:

Pesq- Você teve algum problema com os pais em relação ao desenvolvimento dos assuntos em sala de aula?

Profª – Sim, tive. Eu lembro que nós tivemos um passeio a Petrópolis, no primeiro ano de trabalho na escola, e teve uma mãe – do 6º ano - que veio me perguntar se eu era a professora que ia dar aula sobre macumba para o filho dela. E eu respondi prontamente: “*Olha mãe, eu não sei se eu vou chegar a falar sobre a macumba, pois a macumba se você for no dicionário Umbundo,*

vai ver que é bagunça, manifestação, festa, né? Tocar o atabaque, fazer barulho... Isso é a macumba. Então não sei se dentro do meu planejamento eu vou conseguir falar sobre a macumba, mas, se no finalzinho der tempo, eu até explico o que é a macumba para eles não saírem falando informações erradas por aí. Mas eu, mãe, respondendo a sua pergunta, vou sim trabalhar a cultura africana com eles, explicar que a África é um continente, pois tem gente que não sabe... O porquê do nosso idioma...”

Eu sei que fui à viagem toda dando aula de história Afro pra ela, e nunca mais ela sequer falou algo ou chegou perto de mim.

No início os alunos tinham um pouco da visão diferente. Tive uma aluna em sala de aula, também do 6º ano que chegou para mim dizendo que a mãe a proibiu de ir às minhas aulas e que, no horário das mesmas, ela deveria ficar na biblioteca. Perguntei a ela o motivo disso e a menina disse que a mãe a explicou que eu iria falar sobre os Africanos em sala de aula e que ela não queria que a filha ouvisse, pois elas eram “da igreja”. Logo respondi que também sou da igreja. E que, exatamente por “ser da igreja” não tenho o costume de agir com preconceitos com as culturas. Até porque, um dos mandamentos da bíblia é que devemos amar ao próximo como a nós mesmos. Sendo assim, devo amar a todos os povos, respeitando a cultura de cada um...”. Pronto, no outro dia lá estava ela em minha aula, sentadinha, quietinha. Acredito que ela tenha passado o recado para a mãe e não deixou de assistir as minhas aulas. (risos) Tive sim que quebrar alguns paradigmas, mas hoje, tudo dá certo.

Tiago da Silva Lima, pesquisando no Colégio Estadual Clodomiro

Vasconcelos-Itaguaí-RJ, relata a visão da Coord. Pedagógica, sobre essa questão:

(...) se você não falar de religião africana dá certo, mas como se tem muito preconceito no Brasil, e com o crescimento de um núcleo religioso muito grande, que são os evangélicos, a maior parte deles abomina qualquer interação com culturas diferentes, em especial a africana. A rejeição por parte dos alunos é muito grande. É um projeto muito complicado. (...) o corpo docente até que é tranquilo. Um ou outro mais ignorante é que rejeita, mas geralmente é tranquilo. Eles encontram é dificuldade de trabalhar com a turma, chegando ao ponto de mães pedirem para seus filhos não participarem do projeto.

Por último, Thayane Motta Fagundes, conseguiu excelentes entrevistas no Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (Cefet/RJ). E numa delas, longuíssima, o professor Nadson Nei de Souza, Coordenador do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro-NEAB- CEFET, e professor de história, diz o seguinte:

O grande problema dessa implementação é a resistência muito grande por parte, às vezes, dos gestores, dos grupos pedagógicos de algumas instituições de ensino, [em relação a]... religiões que consideram essa expressão religiosa como uma manifestação demoníaca, ou seja, principalmente as visões ocidentais. (...) já aconteceu, por exemplo, da diretora ou a equipe pedagógica dizer: “olha você pode trabalhar o que for necessário da cultura afro-brasileira, você pode trabalhar o que quiser da cultura indígena, menos religião.” (...) diante desta resistência, a gente vai vendo alunos que não conseguem se identificar com o espaço escolar, porque a escola monta um programa, muitas vezes totalmente

eurocêntrico, onde você estuda história e cultura romana, a cultura grega, você estuda essas culturas ocidentais, as vezes dentro de uma manifestação filosófica elementos mais característicos do catolicismo, certo? E muitas crianças que tem origem e que são iniciadas nessas religiões africanas ou que tem origem indígena não se veem nesse espaço, (...) vamos considerar que prejudica as relações, embora tenha gente nessa escola que diga: “ahh, teve tanta gente que estudou nessa escola e era negro e era isso e era aquilo e consegui superar...” Mas não é assim tão fácil como se imagina, a pior coisa é quando a gente se vê em um lugar que

frequenta todos os dias, mas não vê elementos que caracterizem nossa realidade e que caracterizem nosso cotidiano, que caracterizem nossa expressão religiosa, no quê que a gente acredita ou deixa de acreditar...

Surpresas – Professores com formação especializada

Pesquisando o Colégio e Curso Interactivo, Camila Caroline Souza Pereira, entrevistou a profª Rosinere Evaristo Carvalho, que recebeu um prêmio literário: o 13º concurso FNLIJ CURUMIM Leituras de obras de escritores indígenas 2016, por trabalhar questões indígenas na instituição educacional.



Foto 27

Gabriela Calheiros pesquisou a Escola Espaço Educação, em Miguel Pereira-RJ, e encontrou uma professora com curso de especialização nas temáticas da pesquisa:

Profª Esmeralda: Sou especialista em educação e relações etnicorracias pelo PENESB-UFF. Procurei o curso por conta da necessidade de saber esse conteúdo, história da África e cultura afro-brasileira para trabalhar com esses alunos em sala de aula.

A lei é extremante importante. É consequência de lutas do movimento negro para combater o racismo, a gente só consegue combater qualquer tipo de

preconceito por meio do esclarecimento. A gente tem um currículo muito europeizado e deixa de lado toda uma história, que está na base da formação da nossa população. Se eu privilegio o europeu, eu desconheço a metade dos povos que formaram a nossa população e a nossa sociedade, e passo a ter uma visão das coisas a partir da visão do europeu.

... O intuito é esse, trabalhar essas questões ao longo do ano, não esperar novembro, que é o mês da consciência negra, para você fazer um evento com cartazes e comidas típicas da África, como a gente costuma ver na maioria das escolas, ou a do indígena, não sei se é pior,

mas é absurda “né”, a representação do indígena.

Pesq: Está sendo implementada na escola?

Profª Esmeralda: “Eles ignoram, não há o cumprimento dessa lei, por parte dos professores, ninguém comenta sobre isso. (...) Existe a necessidade dos alunos lá da escola discutirem esses temas, e essa necessidade não está sendo enxergada pela escola.”

Mais uma boa surpresa veio no relatório de Isis Meline da Silva Gonçalves, na Escola João Proença, em Campo Grande-RJ. Ela participou do Prêmio COMDEDINE-Conselho Municipal de Defesa dos Direitos dos Negros da prefeitura do Rio de Janeiro. Isis narra, com orgulho, sua experiência como orientanda do professor de História, João Djalma de Freitas Nogueira.



Foto 28

Em conversa informal pude lembrar os tempos como aluna do João Proença e, conseqüentemente, aluna do professor João de Freitas e minha participação no COMDEDINE em que o docente entrevistado orientou um trio de alunas a fazer um trabalho de pesquisa escolar sobre uma personagem negra de destaque da sociedade brasileira.

Melissa Florêncio pesquisou no C.E. Antônio Quirino (CEAQ), localizado na região de Visconde de Mauá, área rural do município de Resende, no interior do Estado do RJ, onde cursou o ensino médio. Além de expor o que viu em sua volta ao colégio, relata o seguinte:



Foto 29



Foto 30 - Alunos e professores brasileiros e sul-africanos na cratera de Tswaing.



Foto 31 - Alunos brasileiros na porta da casa onde viveu Nelson Mandela.



Foto 32 - Vivência em escola sul-africana.

De fato, a escola busca realizar eventos isolados que abordem os

temas retratados no trabalho, eu mesma tenho essas lembranças

desde quando fui aluna da mesma escola. Pela qual tive a oportunidade de participar de um projeto de intercâmbio e em 2006 conheci o continente africano por esse projeto, Angola e África do Sul foram os destinos de um grupo de alunos do colégio e alguns professores. Admito que foi uma ação extremamente isolada, mas levou a um nível de vivência muito interessante. Esse projeto não acontece mais na escola, mas as heranças culturais existem nos professores que conviveram com os alunos sul-africanos que recebemos na escola também.

Considerações finais

Nossa investigação observou que não se sustentam falas recorrentes, de que faltando pouco para duas décadas, as Leis praticamente seriam letras mortas. Assim como não é correto falar em êxito na implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, não se pode afirmar, também, que as mesmas e os reclamos de enfrentamento do racismo na educação, estão sendo derrotados. Parece que as Leis funcionam nas escolas, como as ações políticas-institucionais e culturais antirracistas, capitaneadas pelo Movimento Negro Brasileiro funcionam na sociedade: “desse lado” luta perene, protagonismo e esforços de produção e difusão de conhecimentos, de realizações de eventos variadíssimos para discussão e interatividade, e de ambientes pedagógicos capazes de produzirem sujeitos da educação. “Do outro lado”, e muitas vezes no mesmo ambiente escolar, ocorrem indiferença, descaso, desinteresse, posturas mentais-emocionais que podem levar à rejeição e conflitos.

Os esforços para a implementação dessas Leis, em geral engajados e ávidos por consistência, constituem uma trincheira avançada nas disputas pedagógicas no

cotidiano escolar, no amplo espectro dos sistemas educacionais. Problematizam e enfrentam formalismos, “sacudindo” o status quo academicista. Este permanece majoritariamente refém de arraigado elitismo, euroetnocêntrico, ainda que discursivamente (e às vezes sinceramente) pretenda o contrário.

Há estudantes que relatam terem sido rechaçadas/os pela direção ou antigos professores, e ostensivamente convidadas/os a desistirem “disso” – da pesquisa, vista como impertinente. Variaram bastante as narrativas sobre como foram recebidas/os. O mais comum: aconselhamentos a “não polemizarem”; mas, depois de suas insistências, indicações, e até incentivos, a “procurar aquele professor/a” que trabalha com suas turmas e/ou promove eventos, etc.

Mesmo onde houve rejeição ou clima negativo em relação ao tema, sempre há tais professores ou algum/a outra/o agente educacional, indicadas/os como as/os que falam em “coisas dos negros”.

O campo de pesquisa foi “enfrentado” com seriedade. É notável como, através de seus relatórios e em apresentações de seminários finais, a maioria dxs estudantes percebeu e problematizou a incipiência no enfrentamento à questão racial no ensino básico, flagrante nas condições e características da implementação das Leis em tela.

Mais ainda: entusiasmo como muitos/as passaram a identificar o problema bem mais próximo e afetando diretamente sua formação: questionam, então, descaso e desconsideração de referências à questão racial no Brasil, além da ignorância sobre África e sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas composições curriculares e como conteúdos programáticos ou problematizações nas suas disciplinas de

formação – mesmo estudantes das “ditas” Ciências Exatas. Além disso, quase todas/os licenciandas/os relatam que é comum em seus cursos professores se manifestarem contrárias/os, às vezes hostis, em relação à disciplina ERER, aos seus temas e conteúdos, e aos trabalhos que as/os estudantes precisam fazer.

Mas aí, já é indução para nova pesquisa.

Referências

AUGUSTO DOS SANTOS, Sales. A Lei 10.639/03 como fruto da luta antirracista do movimento negro. In: BRASIL. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03**. Brasília: MEC/SECAD, 2005, p. 21-37.

BENTO, Maria Aparecida Silva e CARONE, Iray. (Orgs). **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Editora Vozes. Petrópolis. RJ. 2002.

CAVALLEIRO, Eliane. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**. Contexto. SP. 2000.

Recebido em 2021-12-11
Publicado em 2022-09-15